



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Divisão Técnica de Diversidade Linguística

PARECER TÉCNICO nº 18/2021/DTDL/CGIR/DPI

ASSUNTO: Inclusão da Língua Kawahiba dos Amondawa no INDL

REFERÊNCIA: Proc. 01450.003437/2021-01

Brasília, 28 de dezembro de 2021.

Senhor Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística,

Este parecer técnico trata da inclusão da língua indígena Kawahiba dos Amondawa no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), cuja pesquisa e documentação fez parte do LEVANTAMENTO REGIONAL DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE 26 ETNIAS INDÍGENAS DA REGIÃO DE RONDÔNIA – projeto apoiado pelo IPHAN e realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, vinculado ao MCTI, cujos objetivos principais foram os seguintes:

- Levantar a situação da língua nativa de 26 (etnias) etnias do Estado de Rondônia, investigando os parâmetros reconhecidos para diagnosticar o grau de ameaça de cada, por exemplo, número de falantes e semifalantes, grau de transmissão da língua, grau de manutenção de arte verbal tradicional, alfabetização na língua indígena e medidas e programas de apoio;
- Obter as informações necessárias para a patrimonialização de cada língua, por exemplo, os nomes da língua, sua história e suas relações genéticas com outras línguas e dialetos;
- Produzir e documentar a anuência informada de cada etnia para o reconhecimento da sua língua como Referência Cultural Brasileira;
- Documentar minimamente cada língua e dialeto por meio de gravação;
- Mobilizar cada etnia a manter e promover as suas línguas, fornecendo ideias e capacitação para isso;
- Contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias para levantar a situação de línguas indígenas de uma região, gerando subsídios para levantamentos futuros do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL);
- Gerar experiências de referência no uso de novas tecnologias para documentação e identificação de línguas para serem disponibilizadas no âmbito do INDL

Esta Divisão Técnica elaborou uma síntese sobre o referido Levantamento Sociolinguístico por meio da NOTA TÉCNICA nº 11/2021/DTDL/CGIR/DPI (3082224) para que se tenha informações adicionais sobre o projeto de modo que se mantenha em perspectiva a dimensão da iniciativa de escala regional, pluriétnica e multilinguística.

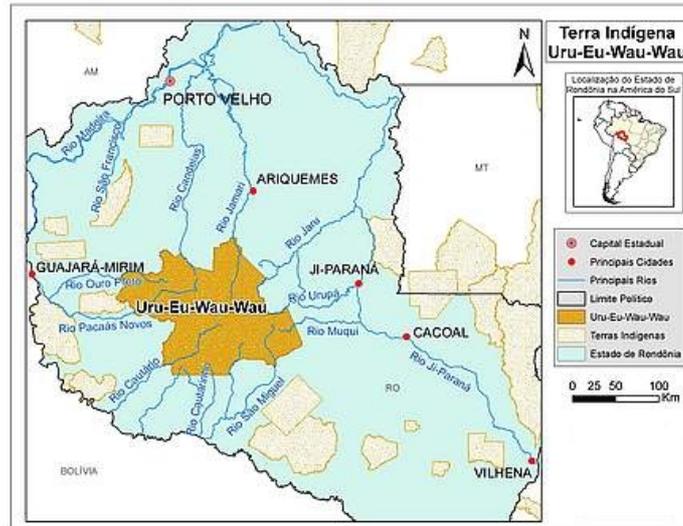
Documentos analisados (anexados ao processo SEI):

- Formulário preenchido conforme o Guia de Pesquisa e Documentação INDL em formato digital (3082183);
- Termo de Autorização de uso de áudio, imagem e demais registros para fins de documentação, estudo e divulgação científica (3081844);
- Termos de Anuência escritos e em vídeo (3081844);
- Amostras gravadas do uso da língua (3082132), (3082165), (3082172);
- Relação de Levantamento da Ortografia Amondawa (3082100);
- Mapas da TI Uru-Eu-Wau-Wau, Aldeia Trincheira e aldeias e TI Kawahib (3082183);
- Fotografias (3082183);
- Arquivos de Referências Bibliográficas (3082208).

I. Sobre o povo Kawahiba-Amondawa:

Os Amondawa são conhecidos como um dos "povos Tupi-Kawahiba" (junto com os Tenharim, Jiahui, Parintintin, Juma, Uru-eu-wau-wau (juparu) e os Karipuna de Rondônia) - povos que, além de falarem a mesma língua da família linguística Tupi-Guarani, compartilham diversos elementos culturais, como por exemplo a organização social caracterizada pelo sistema de metades patrilineares e exogâmicas.

Os Amondawa vivem na região central de Rondônia, no Posto Indígena/aldeia Trincheira, na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau. Também vivem nessa mesma T.I os seus parentes Uru-Eu-Wau-Wau e outros povos isolados. Dentre estes há um povo que os Amondawa e Uru-Eu-Wau-Wau reconhecem como Kawahiba, e outro ao qual chamam de Wyrapararakwara, que significa "índigenas de flecha grande". A aldeia Trincheira localiza-se a 50km da cidade de Mirante da Serra e o acesso à mesma só é possível por carro, moto e mesmo ônibus durante os dias úteis, pois há somente uma linha vicinal até a aldeia. O Parque Nacional de Pacáas Novos está sobreposto a essa T.I.



Os primeiros contatos dos Amondawa com não-índigenas ocorreram no início de 1986, quando mais de 180 indivíduos se aproximaram do acampamento da FUNAI e lá permaneceram em torno de um mês. De acordo com informações disponíveis no portal Povos Indígenas no Brasil do Instituto Sócio Ambiental/ISA -- e segundo os próprios Amondawa -- antes do contato eles viviam nas proximidades do rio Cautário (no interior da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau). Dos cerca de 160 indivíduos contactados, pouco tempo depois restavam apenas 45:

[...] Na época dos primeiros contatos, os Envuga/Amondawa contavam com cerca de 160 indivíduos. Suas malocas principais situavam-se às margens do Igarapé Cojubim, onde moravam até 1986, quando foram levados para o posto de

contato Comandante Ari, com o fim de receberem tratamento de saúde. Em 1991 sua população contava apenas com 45 pessoas, fixadas no Posto Indígena Trincheira, lugar muito próximo aos colonos da região. Neste lugar, alguns índios foram atraídos pela bebida, contraíram tuberculose e sofreram aliciamento por parte de madeireiros. Por estes motivos, a FUNAI resolveu transferi-los daquele local para um outro lugar mais interiorizado na área indígena, com o objetivo de afastá-los dessas relações conturbadas com os colonos"[Silva, 2000:19]

No início de 1986, mais de 180 índios dos mondaus passaram cerca de um mês no acampamento. Em 1987, 46 deles apareceram em Alta Lídia. Onde estariam os outros 140?, não se sabe"[Leonel 1995:126]

Em 1992, os Amondawa eram 42 pessoas. Essa significativa diminuição populacional ocorreu por conta do "grande número de mortes causadas por doenças infectocontagiosas adquiridas por ocasião do contato" (Sampaio 2001, 28). Em 1997, registrava-se 65 pessoas (Sampaio 1998); em 2000, 76 pessoas (Sampaio 2001). Dados da FUNASA de 2010 registraram 107 indígenas dessa etnia. Durante a pesquisa de campo realizada em 2017 para fins do levantamento sociolinguístico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, o pesquisador responsável informou o número de 132 pessoas vivendo na aldeia Trincheira, das quais quatro (4) eram não indígenas, um (1) era Uru-Eu-Wau-Wau e uma (1) era Gavião - totalizando 126 indivíduos Amondawas. De acordo com o artigo "[Variação e mudança linguística em Amondawa](#)" publicado em 2021 nos periódicos da UnB, atualmente a população Amondawa é de 159 indígenas, incluindo adultos e crianças.

Diferente do relatado nos formulários do INDL referentes a outros povos Kawahiba (Uru-eu-wau-wau e Karipuna de Rondônia) que sofrem extrema pressão por parte de madeireiros e grileiros, o pesquisador responsável levantamento referente à língua kawahiba dos amondawa informou que durante a pesquisa de campo na aldeia não observou sinais de risco para a comunidade linguística. O pesquisador assim reporta:

"A exceção foram alguns rumores de que moradores próximos à estrada vicinal entram esporadicamente na reserva para caçar e armar instrumentos de caça, o que prejudica a relação amistosa que há entre os índios e os não indígenas e pode, futuramente, causar algum desentendimento de grave risco para ambos os lados." (pg. 17).

Apesar da relativa "tranquilidade" relatada, o pesquisador acrescenta que os Amondawa demonstraram extrema preocupação com a situação dos seus parentes Uru-Eu-Wau-Wau, uma vez que se a extração ilegal de madeira perdurar, pode ser inevitável que o mesmo aconteça próximo à aldeia Amondawa.

A respeito das invasões próximas às aldeias da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, onde vivem os Amondawa, destacamos algumas matérias recentes, do ano de 2021, a fim de ilustrar a situação de vulnerabilidade destes indígenas:

- Operação da PF destrói garimpos ilegais em terra indígena em Rondônia: <http://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/214896>
- Dois garimpos ilegais são flagrados durante operação contra crimes ambientais na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau em RO: <http://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/214907>
- Terra indígena com povos indígenas isolados em RO têm alta de 583% no desmatamento em setembro, diz instituto: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/214738>
- Loteamentos ilegais já invadem 20 terras indígenas na Amazônia: <http://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/209482>

II. Sobre a língua Kawahiba dos Amondawa:

O termo **Kawahiba** (Kagwahiva ~ Kawahiv ~ Kawahiva ~ Kawahiba) tem sido atribuído a um **complexo dialetal** composto por, no mínimo, 08 (oito) dialetos ainda existentes e falados por diferentes etnias localizadas entre o Amazonas, Mato Grosso e Rondônia como os: Uru-Eu-Wau-Wau (ou Jupa'u), **Amondawa**, Karipuna de Rondônia, Parintintim, Tenharim, Juma, Diahoi, Piripkura, além de povos Kawahiba isolados, que resistem ao contato.

É mencionado no formulário do INDL que, baseados em suas próprias impressões, os indígenas confirmam tratarem-se de dialetos e não de línguas diferentes, o que é sustentado também pelas referências disponíveis sobre esses povos (SAMPAIO, 1997, 2012.). Acrescenta-se que apesar de diferenças de sotaque entre as variedades do kawahiba, as mesmas são totalmente inteligíveis entre si.

A Língua analisada nesse parecer, a pedido dos próprios indígenas Amondawa será chamada de **Kawahiba dos Amondawa**, uma vez que, à época da pesquisa, estes manifestaram o desejo de que o nome da etnia faça parte também do nome da língua. Esse complexo dialetal do qual faz parte a língua dos Amondawa pertence à família linguística Tupi-guarani, do tronco linguístico Tupi, conforme demonstra o quadro abaixo:

a CGIIRC (Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recém-Contato). Tal material se encontra depositado nos departamentos correspondentes dos órgãos mencionados. Conforme o antropólogo, o trabalho conta também com entrevistas, fotos e vídeos referentes à produção desses artesanatos. O pesquisador informou que a comunidade não dispunha da literatura sobre os Kawahiba e que durante a pesquisa disponibilizou ao povo e à escola todos os arquivos digitais que tinha até o momento sobre esses povos.

Foram informados os especialistas e demais pessoas envolvidas em pesquisas e ações de valorização e promoção da língua. À época da pesquisa, um dicionário da língua estava em elaboração, um levantamento lexical dos povos Kawahiba do Amazonas e Rondônia também estava sendo realizado.

Em relação ao contexto escolar, há apenas uma escola na aldeia Trincheira, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Amondawa (EEEF Amondawa), que contempla o nível fundamental. A escola oferece disciplinas sobre a cultura. A disciplina chamada de Língua Materna trata basicamente dos aspectos culturais do povo, como por exemplo, o que se usa para caçar, de que são feitos os cestos etc. Portanto o português é a única língua usada na instrução escolar, sendo a língua de alfabetização. Os professores apontam como dificuldade para a promoção da língua em sala a falta de materiais didáticos. Nesse sentido, compreende-se que o contexto escolar ainda não promove o uso da língua de referência na escola.

Há poucas instituições atuando no território da língua, como, por exemplo a APIA (Associação do Povo Indígena Amondawa), mas suas atividades não apoiam diretamente o uso da língua de referência.

A pesquisa observou que a língua mais comumente aprendida como primeira língua é o português. A língua de referência é aprendida com a família, mas geralmente quando se trata de um casal em que um dos cônjuges é não indígena a criança não aprende a língua dos Amondawa. O grau de transmissão da língua foi considerado **em crise**, pois nas casas onde não há mães indígenas, todas as crianças praticamente não falam a língua e não estão aprendendo. Infelizmente os Amondawa passam por um momento de grande desequilíbrio entre os gêneros, havendo muito mais homens do que mulheres, impactando assim o aprendizado da língua.

Em relação às situações de uso da língua, o pesquisador informa que na comunidade, a língua de referência predomina em todas as situações comunicativas entre pessoas com mais de 30 anos. No entanto, pessoas com idade entre 20 e 29 anos usam o Português mesmo em situações corriqueiras, como quando jogam futebol, prática quase diária. Pessoas com idade inferior a esta tendem a usar português sempre com outros de mesma faixa etária. O meio pelo qual a língua é mais utilizada é na sua modalidade oral, como nas conversas do dia a dia, em reuniões da associação, nas tomadas de decisão sobre alguma demanda da comunidade etc. A única oportunidade em que se constatou seu uso na escrita foi quando se solicitou a alguns alunos do 9º ano que escrevessem um texto curto sobre sua vida na aldeia. Nas redes sociais, como Facebook, ou no Whatsapp, só se observou o uso do Português. Nesse sentido, o uso da língua foi considerado **em retração**. Os mais velhos, em especial o cacique da aldeia, se preocupam com a perda linguística e gostariam que a língua Kawahiba dos Amondawa fosse falada por todos e aprendida como primeira língua.

Ainda assim, o pesquisador considerou o Kawahiba dos Amondawa como língua dominante no território, justificando que *"a predominância do Kawahiba dos Amondawa em vários contextos frente ao Português é o principal argumento para essa escolha. A quantidade de falantes atualmente de Kawahiba dos Amondawa é superior a de falantes monolíngues em Português"* (pg. 83). À época da pesquisa, com exceção de dois Amondawa monolíngues e dos 42 que não falam a língua, todos os demais eram bilíngues em Kawahiba dos Amondawa e Português.

Foram identificadas ações de revitalização/promoção da língua na aldeia Trincheira. O próprio pesquisador Wesley Nascimento dos Santos ensinou dois jovens Amondawa a gravarem, editarem e confeccionarem mídias de CD e DVD com material coletado com anciãos da aldeia; Tambura Amondawa estava realizando um levantamento lexical. Por fim foi mencionado o Projeto Açai, que fomentava a formação de 2 professores indígenas para atuarem na educação básica da escola da aldeia.

Como propostas da comunidade para a salvaguarda da língua são mencionadas como prioritárias: a documentação digital da língua e cultura oral por meio de gravações de áudio e de vídeo, com cópias para o uso da comunidade; treinamento em documentação digital, o reconhecimento de língua como referência cultural e a sua oficialização. Também foram apontadas como ações relevantes a assessoria para resolver problemas de ortografia; assessoria para montar um programa de revitalização da língua; aquisição de equipamentos para gravação e edição de áudio e vídeo (somente onde já existe treinamento suficiente); documentação escrita da língua, dicionários, coletâneas de histórias, etc; correção de materiais didáticos existentes e aumento da sua quantidade; confecção de mais materiais didáticos na língua; ensino da língua como disciplina na escola; ensino de conhecimentos tradicionais na escola; apoio para festas e outras práticas tradicionais que usam a língua e proteção contra pessoas ou organizações que se oponham a cultura tradicional.

Sobre o grau de vitalidade, constatou-se que a língua está **Severamente Ameaçada**, ou seja, sua transmissão está em crise, suas dinâmicas de usos sociais está em retração, há poucos falantes nativos e potenciais, a situação escolar é indiferente ao uso da língua, há pouquíssima documentação sobre a língua. O pesquisador entende que:

"A língua se encontra severamente ameaçada por conta da falta de estímulo para a manutenção, bem como vários outros fatores, como o acesso a instrumentos não pertencentes a sua cultura e que estão disponíveis somente em Português, o que, talvez, leve os indígenas a ter uma atitude mais positiva, no futuro, quanto ao Português. (...) Além disso, como mostra o diagnóstico de proficiência dos falantes, dos 126 Amondawa, 45 não falam a língua, o que representa em percentagem o número 35,71% da comunidade linguística. Também é de se notar a predominância do Português na escola. A dificuldade é ainda maior para os professores indígenas, pois não há material didático na língua, diferentemente do Português, que têm vários livros didáticos à disposição e que sempre chegam à escola a cada ano." (pg. 89-90).

IV. Conclusão:

Tendo em vista as informações apresentadas, observamos que o mapeamento, a caracterização e diagnóstico da língua e, por fim, a sistematização dos dados em formulário específico foram devidamente executados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Nesse sentido, tendo em vista o preenchimento a contento dos pré-requisitos suficientes para o pedido de inclusão de línguas e reconhecimento como Referência Cultural Brasileira, e o grande volume de informações sobre a língua inventariada, consideramos que foram atendidas as especificações técnicas para a instrução do processo de inclusão da língua Kawahiba dos Amondawa no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e posterior deliberação pela Comissão Técnica do INDL.

Considerando o estado de **Severa Ameaça à língua de referência** apresentada pelo levantamento sociolinguístico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e sintetizado neste parecer, bem como todo o processo relatado de ameaça ao qual esse povo foi e continua sendo submetido ao longo de sua história, recomendo fortemente a inclusão da Língua Kawahiba dos Amondawa no INDL.

A inclusão da língua no INDL servirá não somente para destacar a relevância da língua para a memória, história e identidade do povo Amondawa, mas também justificará a implementação de ações voltadas à salvaguarda da língua, conforme previsto pelo Art. 5º do decreto 7387/2010, “que as línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público”.

Por fim, a inclusão da língua Kawahiba dos Amondawa no INDL também se configurará como iniciativa voltada a um processo de reparação histórica e promoção do direito humano à diversidade linguística. Em relação ao tema do direito humano à diversidade linguística, ressaltamos o teor da Nota Técnica 8 DPGU/DNDH, de 14 de setembro de 2021(3193419), elaborada pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos da DPU, cuja defesa é a de dimensionamento do patrimônio linguístico ao mesmo campo de defesa dos Direitos Humanos e que sejam, dessa forma, estabelecidas políticas públicas de reparação à repressão linguística no Brasil.

Segue trecho desse documento que ao nosso juízo traz luz a esta questão:

Ainda que possamos contextualizar historicamente tais eventos, são evidentes os seus efeitos negativos e consequências restritivas sobre a vida atual e perspectivas futuras dessas comunidades, fato que fundamenta ações e políticas públicas para conscientização do direito humano à diversidade linguística e medidas compensatórias de reparação imaterial pelos danos identitários.

(...)

Além disso, a lei proíbe o uso da língua materna de cada nação indígena e da Língua Geral da Costa, obrigando o uso da língua portuguesa e a adoção, pelos indígenas, de sobrenomes portugueses.

(...)

Portanto, havia um propósito explícito de assimilação dessas populações, cujo resultado visado era o extermínio de seus valores e de suas línguas.

Dessa forma, submeto o presente Parecer para consideração superior e envio às instâncias superiores, para posterior submissão à Comissão Técnica do INDL para deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Borges da Silva Pinho Werneck, Técnico I**, em 30/12/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3213850** e o código CRC **B373B916**.